



RECENSÃO/REVIEW:

**SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel –
Itinerários do rei D. Manuel I. Lisboa: Edições Colibri,
Academia Portuguesa da História, 2022 (252 pp.)**

Diogo Faria

Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço, Memória
4150-564 Porto; Portugal

diogopintofaria@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4640-6394>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Julho de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7784>



Em Portugal não está na moda, como se verá, publicar trabalhos com a natureza de um itinerário régio. Se faltassem outros motivos, esse facto já justificaria que se assinalasse o empreendimento de Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia dedicado a D. Manuel I, em boa hora acolhido pela Academia Portuguesa da História e pelas Edições Colibri. Há, contudo, outras boas razões para fazê-lo, uma vez que tanto os conteúdos da obra como o papel que pode desempenhar no desenvolvimento da historiografia portuguesa são merecedores de reflexão.

Com antecedentes em estudos de Anselmo Braamcamp Freire sobre as chancelarias de D. Afonso V e D. João II¹, e de Pedro de Azevedo sobre a de D. Afonso IV², remontam às décadas de 1950 e 1960 os primeiros exercícios sistemáticos de reconstituição dos itinerários dos reis de Portugal, muitas vezes no âmbito da elaboração de teses de licenciatura em História nas universidades de Coimbra e de Lisboa³. No Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa existiu mesmo um projeto que visava a publicação dos itinerários dos monarcas entre D. Dinis e o *Príncipe Perfeito*, interrompido na sequência da crise académica de 1962 e do afastamento de A. H. de Oliveira Marques do ensino superior⁴. Dessa iniciativa resultou a edição pioneira do itinerário de D. Dinis, sob a direção de Virgínia Rau⁵.

Entre 1972 e 1993, investigadores como João José Alves Dias, Maria Teresa Campos Rodrigues, Humberto Baquero Moreno e Joaquim Veríssimo Serrão deram à

¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. Afonso V”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 479-487; 3 (1905), pp. 62, 113, 212, 401; FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. João II”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 337-343.

² AZEVEDO, Pedro de – “A chancelaria de D. Afonso IV”. *Boletim da Segunda Classe* 6 (1912), pp. 180-199.

³ Elencadas em: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Da diplomática régia à história do Estado dos fins da Idade Média – um rumo de investigação”. *Revista de História Económica e Social* 8 (1981), pp. 11-25, *maxime* pp. 11-12.

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Prefácio”. In DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-455, *maxime* p. 454.

⁵ RAU, Virgínia (dir.) – *Itinerários régios medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. I. Itinerário del-rei D. Dinis*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962. No mesmo ano, Joaquim Veríssimo Serrão publicou os itinerários de D. Sebastião: SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1962.

estampa os itinerários de D. Afonso II, D. Afonso III, D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte e D. João II⁶. O núcleo fundamental de cada um destes trabalhos é um quadro em que se apresenta cronologicamente uma lista de datas, locais e fontes que espelham o que seriam as andanças de cada uma destas figuras – em alguns casos, também, representadas em mapas. O desenvolvimento da análise dos dados nos estudos introdutórios é variável, com os trabalhos de João Alves Dias a destacarem-se pela diversidade e profundidade das questões com que é confrontada a informação.

Este panorama historiográfico permite constatar que Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia regressaram aos itinerários régios 30 anos depois da última publicação deste tipo, o que, à primeira vista, não pode deixar de causar alguma estranheza. Por vários motivos:

- (i) porque continuam por conhecer os itinerários de soberanos como D. Sancho II – chegou a ser anunciada a sua futura publicação⁷ –, D. Afonso IV e D. Afonso V;
- (ii) porque não faltaram nestas décadas estudos que se debruçaram sobre a documentação régia medieval e que sistematizaram dados de dezenas de volumes da chancelaria⁸;

⁶ DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)”. *Estudos Medievais* 7 (1986), pp. 29-47; DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-519; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Pedro I (1357-1367)”. *Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura* 82 (1972), pp. 147-176; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Fernando (1367-1383)”. *Bracara Augusta* 32 (1985-1986), pp. 181-227; MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura de Língua Portuguesa, 1988; MORENO, Humberto Baquero – *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. João II*. Lisboa: Academia Portuguesa da História 1993 (uma primeira edição, cobrindo apenas os anos de 1481 a 1488, havia sido publicada em 1975). Neste período também foram investigados os percursos de outros membros da aristocracia portuguesa: MORENO, Humberto Baquero – “Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1448)”. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques* 1 (1968), pp. 1-168; BRAGA, Paulo Drummond – “Itinerários do príncipe D. João, herdeiro do trono português (1477-1478)”. *Revista da Biblioteca Nacional* 5 (1990), pp. 7-19; MARQUES, José – “Os itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)”. *Revista de História* 1 (1978), pp. 89-182.

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Prefácio”, p. 455.

⁸ Por todos, cf.: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990; FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “*Teemos por bem e mandamos*”. *A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001.

- (iii) porque as movimentações dos monarcas continuaram a ser indagadas em biografias dos monarcas e em trabalhos sobre assuntos como a corte medieval ou a administração central do reino⁹;
- (iv) porque a “população” de medievistas cresceu exponencialmente neste intervalo, o que se reflete, por exemplo, na quantidade de dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas nas universidades portuguesas¹⁰;
- (v) porque, mesmo nas últimas décadas e já no século XXI, este continua a ser um filão explorado noutras historiografias, como a espanhola¹¹.

Aparentemente, só a ausência de relevância do conhecimento dos itinerários régios poderá justificar a persistência desta lacuna historiográfica e três décadas de interregno nestes trabalhos, mas essa ideia é dificilmente defensável. José Mattoso assinalou há largos anos que estes estudos “permitem resolver problemas importantes de cronologia e de factologia”, além de poderem ser “aproveitados para outros fins, como seja a reconstituição das vias medievais, a atuação política do rei e as relações entre a administração central e a administração local”¹². Também Oliveira Marques destacou que o conhecimento “das andanças dos reis permite tirar conclusões do maior interesse sobre as respetivas personalidades”¹³, enquanto Armando Luís de Carvalho Homem se referiu a estas publicações como “importantes instrumentos de trabalho”¹⁴.

⁹ Por todos, cf.: COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007; FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Universidade do Porto, 2006. pp. 497-511; GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

¹⁰ Cf.: MEDEIROS, Filipa – *A historiografia medieval portuguesa na viragem do milénio (2000-2010)*. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2015. [Consultado a 10 de março de 2023]. Disponível online em: <https://books.openedition.org/cidehus/1233>.

¹¹ A título de exemplo e abrangendo os reinos hispânicos de Aragão, Castela e Navarra, cf.: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; CARMONA RUIZ, M.ª Antonia – *Documentación e itinerario de Alfonso X el Sabio*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Itinerario de don Fernando, regente de Castilla y rey de Aragón (1407-1416)*. Saragoça: Institución «Fernando el Católico», 2013; CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *El itinerario de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)*. Madrid: Sílex Ediciones, 2007; ADOT LERGA, Álvaro – “Itinerario de los reyes privativos de Navarra: Juan III de Albret-Catalina I de Foix (1483-1517)”. *Príncipe de Viana* 217 (1999), pp. 401-458.

¹² MATTOSO, José – “Perspetivas atuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”. *Anuario de Estudios Medievales* 13 (1983), pp. 641-662, *maxime* p. 659.

¹³ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do estudante de história medieval portuguesa*. 3.ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, pp. 119-120.

¹⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Da diplomática à história do estado”, p. 12.

Se os itinerários régios têm interesse e estão em falta, se os documentos em que se podem basear existem e têm sido estudados, o que pode justificar que não fossem produzidos há 30 anos? Há múltiplas hipóteses de respostas, mas parece-me que todas acabarão por confluir para uma causa geral: a ausência, na historiografia portuguesa, de uma cultura de desenvolvimento de projetos coletivos que tenham como base a erudição e assumam como objetivos primordiais o preenchimento de lacunas no conhecimento dos factos e na paisagem da documentação editada. Felizmente há exceções, sobretudo ao nível da publicação de fontes. É o caso do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, que há mais de quatro décadas, sob a direção de Oliveira Marques e de João Alves Dias, e com um protagonismo grande do paleógrafo Pedro Pinto nos últimos anos, tem sido responsável pela edição de numerosos volumes de chancelarias, cortes e outros documentos. Mais recentemente, também a Academia das Ciências de Lisboa tem desempenhado um papel importante nesse domínio com a retoma da publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, agora dirigidos por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. No plano da documentação local, destacam-se as edições do Arquivo Municipal de Lisboa.

O trabalho de Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia tem, portanto, o mérito de contribuir, um pouco a contracorrente, para o preenchimento de uma lacuna da historiografia portuguesa. Sendo que, neste caso, estava longe de ser fácil fazê-lo, dada a extensão do reinado de D. Manuel I – 26 anos – e a profusão de diplomas régios que o documentam – só volumes de chancelaria são 46. O resultado final de uma investigação que se percebe ter durado vários anos¹⁵ é um volume com 252 páginas, que inclui: um prefácio de Manuela Mendonça, presidente da Academia Portuguesa da História; uma introdução em que os autores contextualizam a obra, explicam a metodologia que seguiram, abordam as fontes que utilizaram e apresentam uma nota sobre a data de nascimento de D. Manuel I; uma análise à itinerância do rei, ano a ano, que em todos os casos inclui um mapa, uma referência às deslocações e, em várias capítulos, citações da crónica de Damião de Góis que

¹⁵ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 13.

testemunham as andanças régias; um breve balanço dos movimentos do *Venturoso*; a transcrição de seis cartas inéditas dirigidas por D. Manuel à Câmara de Lisboa; o “roteiro cronológico” dos itinerários propriamente ditos, dividido por anos; e, a fechar, uma lista de fontes e bibliografia.

As coordenadas do trabalho são apresentadas na introdução¹⁶. São seis páginas que permitem ao leitor compreender as linhas gerais da investigação empreendida pelos autores e identificar alguns dos problemas com que se depararam, como por exemplo: o facto de o fundo da chancelaria régia não ser “de forma alguma suficiente para permitir um apuramento seguro das informações pretendidas”, tendo em conta o facto de se terem perdido, desde o século XVI, mais de metade dos fólios que originalmente o compunham¹⁷; a circunstância de poderem existir discrepâncias entre a localização do rei e a dos oficiais que redigiam documentos em seu nome, o que resulta na existência de diplomas emitidos pelo *Venturoso* no mesmo dia em locais diferentes. O alerta sobre a insuficiência da documentação – à primeira vista muito expressiva quantitativamente – é importante. A reflexão sobre as causas destes problemas poderia ser mais aprofundada, até porque foram consultados documentos e reunidos dados que permitiriam testar hipóteses com potencial para enriquecer este estudo introdutório. Desde logo, em relação aos casos dos dias em que está atestada a presença de D. Manuel I em mais do que um lugar, conviria identificar os oficiais envolvidos na redação de cada um dos documentos, por forma a tentar verificar se existia a tendência para determinados servidores régios acompanharem mais de perto o rei, enquanto outros se poderiam movimentar com maior atraso em relação à comitiva real.

A fechar a introdução, o apontamento sobre a data de nascimento de D. Manuel I parece deslocado face ao objetivo geral do trabalho – uma vez que é irrelevante para a fixação dos itinerários do rei –, mas não deixa de ser uma questão interessante de “acerto biográfico e de rigor cronológico”¹⁸. Em linha com António Cruz¹⁹, os autores

¹⁶ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 13-18.

¹⁷ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 14-15.

¹⁸ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 18.

¹⁹ CRUZ, António – “No quinto centenário de Dom Manuel I”. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 1 (1970), pp. 1-75.

criticam a passagem da crónica de Damião de Góis em que se assinala que o monarca nasceu a uma quinta-feira, 31 de maio de 1469, dia do Corpo de Deus – acontece que o Corpo de Deus de 1469 foi celebrado a 1 de junho. Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia consideram mais provável que a duquesa D. Beatriz tenha dado à luz a 1 de junho, mas não ignoram a possibilidade de o nascimento ter ocorrido na véspera do Corpo de Deus, a 31 de maio. A ponderação destas duas hipóteses ganharia em ser feita à luz do que se sabe sobre pelo menos um antecedente de possível manipulação de uma das datas essenciais da biografia de um monarca de Avis: como demonstrou Armindo de Sousa, propósitos propagandísticos poderão ter ditado a fixação de 14 de agosto de 1433 – dia que coincidia com o aniversário da batalha de Aljubarrota e que Rui de Pina, erradamente, também escreveu corresponder aos dias de nascimento do rei e de partida da expedição que conquistou Ceuta – como a data da morte de D. João I, que na realidade deverá ter ocorrido da véspera²⁰. Terá acontecido algo de parecido em relação à data de nascimento de D. Manuel I, afinada para coincidir com um dos dias mais relevantes do calendário cristão e de alguma forma sacralizar o arranque da vida do monarca que se qualificou como *Felicíssimo*?

Entre a introdução e a análise dos itinerários ano a ano encontra-se um mapa no qual são assinalados os locais por onde D. Manuel I passou durante os 26 anos de reinado²¹. É uma representação útil, muito informativa e com um significativo impacto visual, uma vez que demonstra de forma clara que há uma concentração da itinerância régia numa faixa do território compreendida entre Leiria e Alcácer do Sal: a norte destes pontos, há apenas quatro localidades assinaladas; a sul, outras quatro; entre elas, 28. O efeito seria ainda maior se a dimensão dos pontos no mapa fosse proporcional à quantidade de registos que atestam a presença do *Venturoso* em cada local.

Segue-se um dos núcleos centrais do trabalho: uma breve análise à itinerância do rei em cada um dos anos, incluindo um mapa – lamenta-se que nos mapas relativos a

²⁰ SOUSA, Armindo de – “A morte de D. João I. Um tema de propaganda dinástica”. *Lucerna* (1984), pp. 417-487.

²¹ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 19.

1498 e 1502 não tenham sido representadas as jornadas régias em Castela e Aragão –, a indicação das localidades por onde passou e referências documentais às deslocações²². Esta meia centena de páginas é uma das mais valias da obra, na medida em que conferem inteligibilidade aos dados que posteriormente são apresentados de forma mais crua. A disponibilização, em cada uma das secções em que isso é possível, das passagens da crónica de Damião Góis que se referem às andanças de D. Manuel no respetivo ano são particularmente úteis. A fechar, contudo, sabe a pouco o “Balanço da itinerância de D. Manuel I”²³, até porque os autores reuniram informações que, numa sùmula, permitiriam responder a questões como: o que é que distinguiu a itinerância de D. Manuel da dos monarcas que o precederam? Os dados reunidos nesta obra confirmam, desmentem ou matizam as perceções que a historiografia – nomeadamente as biografias do *Venturoso*²⁴ – já tinha avançado sobre os itinerários do rei? Que anos são menos bem documentados e que lacunas persistem e conviria tentar colmatar no conhecimento destes itinerários?

“Documentos e base de dados” é a última – descontando a bibliografia – e mais longa secção deste trabalho²⁵. Abre com a transcrição de seis cartas de D. Manuel à Câmara de Lisboa que testemunham aspetos relevantes da sua itinerância, como a já referida possibilidade de no mesmo dia serem redigidos documentos em seu nome em locais diferentes. Um comentário que explicasse a pertinência da seleção de cada um dos diplomas teria a vantagem de torná-los mais esclarecedores, sobretudo aos olhos de leitores menos especializados.

O “Roteiro cronológico” que sistematiza os dados coligidos pelos autores suscita observações sobre aspetos formais e sobre a sustentação empírica do estudo. Os quadros relativos a cada um dos anos incluem três colunas – mês e dia, localidade, fontes –, mas faria sentido acrescentar outra dedicada a observações. Na verdade, os autores optaram por incluir na coluna das fontes notas que lá ficam um pouco

²² SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 21-73.

²³ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 79-80.

²⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, pp. 181-186.

²⁵ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 81-245.

deslocadas, como referências a dias festivos como o Natal²⁶ ou apontamentos históricos sobre acontecimentos relevantes como o nascimento dos príncipes e infantes²⁷. Também parece um pouco estranho que no apartado das fontes sejam assinalados os domingos, dias em que, como de resto se percebe nestes itinerários²⁸, não deixavam de ser emitidos documentos.

É ingrato, perante um trabalho destes, indicar que seria importante que os autores tivessem compulsado ainda mais fontes. A sistematização dos dados relativos à chancelaria de D. Manuel I já é uma tarefa colossal, e Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia procuraram completá-la com recurso a vários outros textos, como crónicas, forais e peças avulsas do *Corpo Cronológico* e das *Gavetas* da Torre do Tombo, além de documentação local, sobretudo de Lisboa. A quantidade de dados com origem no arquivo municipal da capital é um testemunho de que os fundos locais estão entre os que têm mais potencial para cobrir os buracos que a chancelaria deixa em aberto, mas ficaram por explorar documentos há muito sumariados ou publicados – sobretudo relativos a Évora²⁹ – que podiam ter enriquecido significativamente a obra. Um confronto sem qualquer tipo de exaustividade entre estes itinerários e a documentação eborense permitiu verificar, por exemplo: que a 4 de novembro de 1495 D. Manuel I já se encontrava em Montemor-o-Novo³⁰, o que antecipa em dois dias a primeira deslocação do reinado assinalada neste livro³¹; que a 3 de junho de 1496 o *Venturoso* poderia estar em Setúbal³², apesar de também estar atestada a sua presença nesse dia em Palmela³³; que a 5 de fevereiro de 1497

²⁶ Cf., por exemplo: SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 85.

²⁷ Cf., por exemplo: SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 101-102.

²⁸ Cf., por exemplo: SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 107-109.

²⁹ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório da Câmara Municipal de Évora”. *A cidade de Évora* 45-46 (1962-1963); pp. 349-427, 47 (1964), pp. 163-225. Ainda que quantitativamente menos expressivas, também teria interesse a consulta das cartas de D. Manuel I enviadas a municípios como o de Coimbra e o de Montemor-o-Novo: CARVALHO, José Branquinho de – *Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra. 1480-1571*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1943; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – “Cartas-missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel I ao concelho de Montemor-o-Novo (estudo diplomático)”. *Almansi* 8 (1990), pp. 43-130.

³⁰ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 399.

³¹ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 85.

³² RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 402.

³³ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 88.

o rei ter-se-á deslocado ao convento de Santa Maria do Espinheiro³⁴, tendo estado, tanto no dia anterior como no seguinte, segundo os itinerários, em Estremoz³⁵; que a 21 de setembro de 1498, no regresso da viagem a Castela e Aragão, o monarca estava em Ciudad Rodrigo³⁶ – os itinerários não incluem qualquer referência para o período entre 13 de setembro e 9 de outubro³⁷.

A lista de bibliografia inclui 54 títulos que cobrem o essencial do que tem sido produzido sobre o reinado de D. Manuel I³⁸. A sua consulta seria mais fácil se tivessem sido distinguidas as fontes publicadas das obras consultadas. Em falta – e do maior interesse – está o elenco das fontes manuscritas.

A fixação definitiva e exaustiva dos itinerários de um monarca que reinou durante 9.546 dias há mais de 500 anos e que deu origem a uma quantidade incontável de documentos é uma tarefa impossível. Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia, ao arrepio do que têm sido as tendências recentes da historiografia portuguesa, deram um contributo relevante para que fosse conhecido muito do que é possível conhecer sobre as andanças do *Venturoso*. A obra que publicaram tem os méritos de reunir e sistematizar uma quantidade muito grande de dados e de apresentar instrumentos que contribuem para a sua compreensão. Além disso, suscita interpelações aos historiadores que podem vir a resultar num ainda maior avanço no conhecimento deste e de outros períodos: faz sentido pensar só em itinerários régios ou também em itinerários de alguns dos principais servidores dos monarcas? Em que momentos é que são coincidentes e quando é que não o são? O que é que estes e outros itinerários testemunham sobre a evolução da administração central do reino? Qual era o impacto da itinerância régia no despacho sobre matérias relativas aos locais por onde os monarcas passavam? Em que medida é que o conhecimento destas deslocções pode contribuir o estudo da rede viária medieval? *Itinerários do rei de D. Manuel I*, de Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia,

³⁴ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 404.

³⁵ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 92.

³⁶ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 413

³⁷ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 102.

³⁸ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 247-250.

passa a ser mais uma obra importante para quem quiser procurar dar respostas a questões como estas.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

CARVALHO, José Branquinho de – *Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra. 1480-1571*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1943.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – “Cartas-missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel I ao concelho de Montemor-o-Novo (estudo diplomatístico)”. *Almansi* 8 (1990), pp. 43-130.

RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório da Câmara Municipal de Évora”. *A cidade de Évora* 45-46 (1962-1963), pp. 349-427; 47 (1964), pp. 163-225.

Estudos

ADOT LERGA, Álvaro – “Itinerario de los reyes privativos de Navarra: Juan III de Albret-Catalina I de Foix (1483-1517)”. *Príncipe de Viana* 217 (1999), pp. 401-458.

AZEVEDO, Pedro de – “A chancelaria de D. Afonso IV”. *Boletim da Segunda Classe* 6 (1912), pp. 180-199.

BRAGA, Paulo Drumond – “Itinerários do príncipe D. João, herdeiro do trono português (1477-1478)”. *Revista da Biblioteca Nacional* 5 (1990), pp. 7-19.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *El itinerario de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)*. Madrid: Sílex Ediciones, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

CRUZ, António – “No quinto centenário de Dom Manuel I”. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 1 (1970), pp. 1-75.

DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-519.

DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)”. *Estudos Medievais* 7 (1986), pp. 29-47.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. Afonso V”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 479-487; 3 (1905), pp. 62, 113, 212, 401.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “*Teemos por bem e mandamos*”. *A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. João II”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 337-343.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 497-511.

GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; CARMONA RUIZ, M.^a Antonia – *Documentación e itinerario de Alfonso X el Sabio*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Itinerario de don Fernando, regente de Castilla y rey de Aragón (1407-1416)*. Saragoça: Institución «Fernando el Católico», 2013.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Da diplomática régia à história do Estado dos fins da Idade Média – um rumo de investigação”. *Revista de História Económica e Social* 8 (1981), pp. 11-25.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Prefácio”. In DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-455.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do estudante de história medieval portuguesa*. 3.^a edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MARQUES, José – “Os itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)”. *Revista de História* 1 (1978), pp. 89-182.

MATTOSO, José – “Perspetivas atuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”. *Anuario de Estudios Medievales* 13 (1983), pp. 641-662.

MEDEIROS, Filipa – *A historiografia medieval portuguesa na viragem do milénio (2000-2010)*. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2015. [Consultado a 10 de março de 2023]. Disponível online em: <https://books.openedition.org/cidehus/1233>.

MORENO, Humberto Baquero – “Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1448)”. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques* 1 (1968), pp. 1-168.

MORENO, Humberto Baquero – *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976.

MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura de Língua Portuguesa, 1988.

RAU, Virgínia (dir.) – *Itinerários régios medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. I. Itinerário del-rei D. Dinis*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Pedro I (1357-1367)”. *Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura* 82 (1972), pp. 147-176.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Fernando (1367-1383)”. *Bracara Augusta* 32 (1985-1986), pp. 181-227.

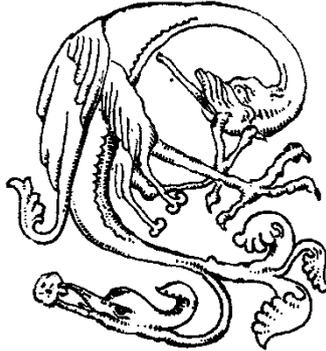
SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1962.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. João II*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993.

SOUSA, Armindo de – “A morte de D. João I. Um tema de propaganda dinástica”. *Lucerna* (1984), pp. 417-487.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARIA, Diogo – “SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*. Lisboa: Edições Colibri, Academia Portuguesa da História, 2022 (252 pp.)”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 343-356. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).